



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638274 - MG (2021/0000393-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : HYGOR JOSE FEITAL BURATO
ADVOGADO : HYGOR JOSE FEITAL BURATO - MG152391
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : VALDEIR VALERIO MOREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VALDEIR VALERIO MOREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.577485-4/000).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos de reclusão, em regime inicial fechado e de pagamento de 600 dias-multa pela prática do delito de tráfico de drogas, tendo-lhe sido negado o direito de recorrer em liberdade.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea para justificar a negativa ao paciente do direito do apelo em liberdade, aduzindo que não estão presentes os requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal para a imposição da custódia cautelar.

Destaca que o apenado respondeu em liberdade ao trâmite processual, o que demonstra a desnecessidade da segregação do réu.

Assevera a possibilidade da aplicação das medidas diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, com a finalidade de se evitar o cumprimento antecipado da pena.

Requer, liminarmente, o deferimento ao paciente do direito de recorrer em liberdade. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente